



1. NOME DO CURSO

Formação para o uso do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense - (PBEF) em práticas de Depoimento Especial

2. CARGA HORÁRIA DO CURSO (PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO)

260h/a

3. CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DOCENTE

3.1. Planejamento/Elaboração de Conteúdo e Atividades/Construção do Curso (20h/a)

3.2. Aulas Síncronas/Tutoria no Moodle/Supervisão de Entrevistas/Elaboração de Feedback individual e personalizado sobre desempenho na realização prática da entrevista: (240h/a sendo 120h/a por turma de até 40 alunos).

4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

25/04 a 30/05/22 (Turma 1/2022)

09/05 a 13/06/22 (Turma 2/2022)

5. NÚMERO DE ENCONTROS PARA CUMPRIMENTO DA UNIDADE CURRICULAR

Encontros Síncronos: 5 (cinco) sendo 1 por Módulo.

6. MODALIDADE

Ensino à Distância e Aulas Remotas

7. METODOLOGIA A SER ADOTADA

Metodologia Ativa, onde o processo educacional estimula o(a) aluno(a) a ter uma postura ativa e responsável diante da sua aprendizagem.



Estratégias/técnicas de ensino:

- a. **Preleção Dialogada:** aula expositiva dialogada com a participação do aluno (síncrona);
- b. **Oficina de trabalho:** gravação das entrevistas com a aplicação do PBEF, através de ferramenta disponibilizada pelo TJBA ou do próprio aluno.

8. FORMA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do (a) aluno (a) será compreendida por:

a) Avaliação do Processo Ensino- Aprendizagem (ADPEA), como por exemplo:

- Oficinas de trabalho
- Questionários de múltipla escolha/associativo / Atividades em Fóruns
- Prática e Supervisão de entrevistas utilizando o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense

9. EMENTA

O Curso de Formação para o uso do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense- PBEF) em práticas de Depoimento Especial é um curso da modalidade EaD com Metodologia Ativa, privilegiando momentos de interação síncronos e assíncronos. Tem caráter crítico-reflexivo, o qual pretende articular, integrar os conhecimentos e aprimorar a prática dos discentes, a partir da problematização da realidade, isto é, a prática e na participação ativa do(a) aluno(a) no processo de aprendizagem, que tange aos aspectos multifatoriais que envolvem a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos ritos processuais. Para tal, pretende abordar o Depoimento Especial à luz das normativas atuais como a Lei 13.431/2017, o Decreto Federal nº 9603/18 e a Resolução do CNJ nº 299/19; conceitos e objetivos do Depoimento Especial; a Entrevista Forense e metodologia para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; conceituação e categorização da violência contra crianças e adolescentes; desenvolvimento cognitivo da criança e adolescente; funcionamento e tipos de



memória; detalhamento do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense - PBEF, dentre outros.

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

a. Módulo I: Introdução ao Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense-PBEF. Avanços na Legislação: O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos.

Conteúdos	• Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990: ECA • Recomendação nº 33 de 23 de novembro de 2010 do CNJ; • Lei nº 13.431 de 04 de abril 2017; • Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018; • Resolução CNJ nº 299/2019 • Diferença entre DE e Método tradicional • O conceito e tipologia de violência Contra Crianças e Adolescentes;
Carga Horária	20 horas
Preleção Dialogada	9h às 11h
ADPEA - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	Oficina de Trabalho: O (a) cursista deverá na plataforma EAD dialogar com os demais cursistas, o conteúdo proposto no módulo, e ao final realizar um texto com suas reflexões pessoais
Habilidades e Competências	Que ao final do Módulo o(a) aluno(a) possa conhecer a legislação sobre o DE, até chegar à atualidade, acompanhando a mudança de perspectiva acerca da concepção da criança e do adolescente como sujeito de direitos
Facilitador	Marcia Maria Borba Lins da Silva



- b. Módulo II: Práticas da oitiva de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência no âmbito forense: A necessidade de produzir provas testemunhais com maior confiabilidade e qualidade.**

Conteúdos	• Estratégias de questionamento adequadas ao nível de desenvolvimento na Infância Adolescência; • Como se forma a memória? Os tipos de memória mais relevantes para o depoimento especial • Implantação de falsas memórias como função do sugestionamento e indução; • Qual relação entre memórias e o PBEF? Fundamentos científicos dos conceitos de memória aplicados ao depoimento especial
Carga Horária	20 horas
Preleção Dialogada	9h às 11h
ADPEA - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	Oficina de Trabalho: O (a) cursista deverá apresentar na plataforma EAD trechos de entrevistas inadequadas (vídeo A Caça) e adequados (PBEF) e distinguir os tipos de elocuições utilizadas pelos entrevistadores para o resgate da memória.
Habilidades e Competências	Que ao final do Módulo o(a) aluno(a) possa conhecer os conceitos trabalhados e correlacionar com a prática do DE.
Facilitador	Reginaldo Torres Alves Júnior

- c. Módulo III: Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense - Estágio I: Etapas: 1,2,3,4,5**

Conteúdos	Estágio 1: Construção do Vínculo: • 1ª Etapa: Introdução. • 2ª Etapa: Construção da Empatia • 3ª Etapa: Regras Básicas e Diretrizes. • 4ª Etapa: Prática Narrativa • 5ª Etapa: Diálogos sobre a família.
-----------	---



Carga Horária	20 horas
Preleção Dialogada	9h às 11h
ADPEA - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	Oficina de Trabalho: Entrevista vídeo gravada pelo(a) cursista: prática do Estágio 1
Habilidades e Competências	Que ao final do Módulo o(a) aluno(a) tenha conhecido como se dá o Rapport, a construção da empatia; o contrato entre as partes (entrevistador (a) e entrevistado (a)) para o momento da audiência; o treino da prática narrativa (O que? quando? como? onde? quando?). O entrevistador deverá priorizar narrativas a partir da memória episódica em comparação à semântica. O (a) entrevistador(a) deverá saber como abordar a criança e/ou adolescente, no que diz respeito aos diálogos sobre a família.
Facilitador	Simony Freitas de Melo

d. Módulo IV: Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense - Estágio II: Etapas: 1,2,3,4,5

Conteúdos	Estágio 2: Parte Substantiva: • 1ª Etapa: Transição. • 2ª Etapa: Descrição Dialogada • 3ª Etapa: Seguimento e Detalhamento. • 4ª Etapa: Interação com a sala de audiência • 5ª Etapa: Fechamento da entrevista
Carga Horária	20 horas
Preleção Dialogada	9h às 11h
ADPEA - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	Oficina de trabalho: O (a) cursista deverá na plataforma EAD dialogar com os demais cursistas, o conteúdo proposto no módulo, e praticar as elocuções recomendadas, assim como



	transformar as perguntas inadequadas em perguntas adequadas.
Habilidades e Competências	Que ao final do Módulo o(a) aluno(a) possa compreender como se dá o Estágio II, além de treinar as transformações das perguntas da sala de audiência.
Facilitador	Marleci Venério Hoffmeister

e. Módulo V: Integração de competências

Conteúdos	Todos os tópicos abordados no decorrer do curso, em especial do PBEF na forma completa.
Carga Horária	20 horas
Preleção Dialogada	9h às 11h
ADPEA - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	Oficina de Trabalho: Entrevista vídeo gravada pelo(a) cursista. Neste módulo, será feita uma vivência prática, por meio do testemunho de uma cena audiovisual, de violência, na qual os(as) alunos(as) farão a simulação das intervenções aplicando o PBEF e passarão pelo processo de supervisão profissional.
Habilidades e Competências	Espera-se que ao final deste módulo os(as) cursistas tenham compreensão do manejo e a prática do PBEF, a partir da interação entre os conhecimentos teóricos e metodológicos do PBEF com a prática vivenciada.
Facilitadores	Marcia Maria Borba Lins da Silva; Reginaldo Torres Alves Júnior; Simony Freitas de Melo; Marleci Venério Hoffmeister

OBSERVAÇÃO: A preleção dialogada ou aulas síncronas ocorrerão, obrigatoriamente, no turno da manhã e em dias úteis, excetuando-se às sextas-feiras.



10.1 SOBRE A RESPONSABILIDADE DO TJBA EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO

O TJBA, através da sua Escola Judicial, deverá solicitar ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a disponibilização, para fins formativos e didáticos, da Entrevista Modelo onde ocorre a prática do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense.

O acesso à Entrevista Modelo do CNJ deve ser solicitada via ofício da Escola Judicial endereçada ao coordenador do CEAJUD / CNJ, Sr. Diogo Ferreira, e encaminhado ao e-mail ceajud@cnj.jus.br. Recomendamos que no ofício seja especificado o nome do curso, período de realização e os formadores contratados

11. OBJETIVO

Formar magistrados e servidores das áreas técnicas do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para a realização de Depoimento Especial, conforme o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense – PBEF.

12. PROFESSOR(A) / FACILITADOR(A) DA APRENDIZAGEM

MINICURRÍCULO DO PROFESSOR(A) / FACILITADOR(A) DA APRENDIZAGEM

Facilitador	Telefone	Currículo Lattes	E-mail
Reginaldo Torres Alves Junior	(61)98187-2612	http://lattes.cnpq.br/0153482654699525	torresalvesjr@icloud.com reginaldo.junior@tjdft.jus.br
Simony Freitas de Melo	(81)99655-1190	http://lattes.cnpq.br/0153482654699525	simony.melo@tjpe.jus.br simonnyfreitas@hotmail.com



Márcia Maria Borba Lins	(61)99146-0606	http://buscatextual.cnpq.br/ buscatextual/visualizacv.d o?id=K9377737T6	marcia.lins@tjdft.jus.br marciaborlins@gmail.com
Marleci Venério Hoffmeister	(51)98142-3258	http://lattes.cnpq.br/79012 66456925482	marleci.hoffmeister47@gmail .com mvhoffmeister@tjrs.jus.br

PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE DOS FORMADORES

Razão Social: WORKING - ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL

CNPJ: 08865615000192

Endereço sede (com CEP): SETOR COMERCIAL NORTE QUADRA 01 BLOCO "D"
SALA 219 EDIFÍCIO VEGA LUXURY DESIGN OFFICES – BRASÍLIA (DF) CEP:
70711040

Telefone de contato: 61-30378222

E-mail: working@working.org.br

Banco: Banco do Brasil

Agência: 452-9

Conta: 42264-9

Representante: Deberson Pereira Ribeiro dos Santos

CPF do representante: 155.970.908-10

Declaramos que os facilitadores são representados exclusivamente por esta pessoa jurídica para fins de prestação de serviços de aula/palestra conforme a presente proposta.

Proposta de Investimento:



A composição do valor de hora-aula seguirá um padrão por considerar que todos os profissionais estão em mesmo nível de conhecimento e expertise sobre a temática do curso.

Reginaldo Torres Alves Júnior:

Titulação: Doutor – R\$ 300,00 (trezentos reais)

Horas de atuação: 65 Horas (carga horária total por formador)

Subtotal: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)

Marleci Venério Hoffmeister

Titulação: Mestre – R\$ 300,00 (trezentos reais)

Horas de atuação: 65 Horas (carga horária total por formador)

Subtotal: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)

Simony Freitas de Melo

Titulação: Mestre – R\$ 300,00 (trezentos reais)

Horas de atuação: 65 Horas (carga horária total por formador)

Subtotal: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)

Márcia Maria Borba Lins

Titulação: Especialista – R\$ 300,00 (trezentos reais)

Horas de atuação: 65 Horas (carga horária total por formador)

Subtotal: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)

Planejamento/Construção/Elaboração do Curso – 20h/a – R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Turma 1 (120h – teoria e prática) – R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)



Turma 2 - (120h – teoria e prática) – R\$ 36,000,00 (trinta e seis mil reais)

Total de duas turmas: R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)

Serão emitidas quatro notas fiscais da empresa WORKING ao final de cada turma correspondentes à atuação dos professores indicados e nos valores especificados, conforme descrito acima.

BIBLIOGRAFIA DO CURSO:

ALAGGIA, R. An ecological analysis of child sexual abuse disclosure: considerations for child and adolescent mental health. Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry = Journal de l'Académie canadienne de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent, v. 19, n. 1, p. 32–39, 2010

AZNAR-BLEFARI, C.; PADILHA, M. DA G. S. Capacitação para o uso do Protocolo NICHHD em profissionais sul-brasileiros. Revista de Psicología, v. 24, n. 1, p. 1–19, 2015.

ALVES JR., R. T. Um sistema de análise de entrevistas forenses com crianças em casos de suspeita de abuso sexual. Brasília, DF: Universidade de Brasília: Departamento de Psicologia Clínica e Cultura (tese), 2013.

ALVES JR., R. T. et al. Developing a Functional Code System to Analyze Forensic Interviews with Suspected Victims of Child Sexual Abuse. Child and Adolescent Social Work Journal, v. 36, n. 3, p. 305–316, 2019.

BADDELEY, A. O que é a memória? In: BADDELEY, A.; ANDERSON, M. C.; EYSENCK, M. W. (Eds.). Memória. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 14–30.

BEHRING, O.; LAW, K. S. Translating Questionnaires and Other Research Instruments: Problems and Solutions. Thousand Oaks, California: SAGE Publications, 2000.

BRASIL. 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. BRASIL, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em 02 de dezembro de 2020.

_____. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União.



_____. Conselho Nacional de Justiça. (2010). Recomendação Nº 33, de 23 de novembro de 2010. Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial.

_____. Conselho Nacional de Justiça. (2019). Recomendação Nº 299, de 5 de Novembro de 2019. Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

_____. Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União.

_____. Decreto Nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial da União.

BRITO, A S; SILVA, V.P. 2020. Documento Orientador para implantação do Depoimento Especial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares. Palmas: 2020.No prelo

CARNES, C. N. et al. Extended forensic evaluation when sexual abuse is suspected: a multisite field study. Child Maltreatment, v. 6, n. 3, p. 230–242, 1 ago. 2001.

CEDERBORG, A.-C. et al. Investigative interviewing of alleged child abuse victims: an evaluation of a new training programme for investigative interviewers. Police Practice and Research, v. 14, n. 3, p. 242–254, jun. 2013.

CEZAR, J. A. D. Depoimento sem dano: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Livraria do Advogado Editora. 2007.

CHILDHOOD BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA. Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência Sexual. B. R. Rodrigues, I. Gonçalves, Alves Jr., R. (Orgs.). São Paulo, SP; Brasília, DF: Autores, 2020.

CLARKE, C.; MILNE, R. National Evaluation of the PEACE Investigative Interviewing Course Police: Research Award Scheme - Report PRAS/149. London (UK);



Portsmouth (UK): Metropolitan Police Service; Institute of Criminal Justice Studies, 2001

CORDISCO STEELE, L.; THE NATIONAL CHILDREN'S ADVOCACY CENTER. Foundation for the National Children's Advocacy Center Child Forensic Interview Structure. Huntsville, Alabama: The National Children's Advocacy Center, 2018.

CORDISCO STEELE, L. C. How old are you and do you have a dog? National Child Advocate, v. 1–2, p. 15, 2004.

CORDISCO STEELE, L. C. Narrative Practice (what is it and why is it important?). The National Children's Advocacy Center Research-to-Practice Summaries, n. June, 2010.

CORDISCO STEELE, L. C. The Forensic Interview: A Challenging Conversation. In: GOODYEAR-BROWN, P. (Ed.). . Handbook of Child Sexual Abuse: Identification, Assessment, and Treatment. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2012. p. 99–119.

CORDISCO STEELE, L. C. Rapport in Child Forensic Interviews. Huntsville, Alabama: The National Children's Advocacy Center, 2015.

FALLER, K. C. Interviewing children about sexual abuse. New York: Oxford University Press, 2007.

FALLER, K. C. Forty Years of Forensic Interviewing of Children Suspected of Sexual Abuse, 1974-2014: Historical Benchmarcks. Social Sciences, v. 4, p. 34–65, 2015.

FALLER, K. C.; STEELE, L. C.; NELSON-GARDELL, D. M. Allegations of sexual abuse of a child: what to do when a single forensic interview isn't enough. Journal of child sexual abuse, v. 19, n. February 2013, p. 572–589, set. 2010.

FISHER, R. P.; GEISELMAN, R. E. The cognitive interview method of conducting police interviews: eliciting extensive information and promoting therapeutic jurisprudence. International journal of law and psychiatry, v. 33, n. 5–6, p. 321–8, 2010.

GRANJEIRO, I. A. C. L.; COSTA, L. F. O Estudo Psicossocial Forense como Subsídio para a Decisão Judicial na Situação de Abuso Sexual. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 24, n. 2, p. 161–169, 2008.

HACKBARTH, C.; WILLIAMS, L. C. DE A.; LOPES, N. R. L. Avaliação de capacitação para utilização do Protocolo NICHD em duas cidades brasileiras. Revista de Psicologia Universidad de Chile, v. 24, n. 1, p. 1–18, 2015.



HOFFMEISTER, M.V. POTTER, L. Organizadoras. Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes: quando a multidisciplinaridade aproxima os olhares - Porto Alegre - Livraria do Advogado, 2016.

KÖHNKEN, G. et al. The cognitive interview: A meta-analysis. *Psychology, Crime & Law*, v. 5, n. 1–2, p. 3–27, 1999.

LYON, T. D. Ten step investigative interview. *Selected Works*, n. January, p. 5–7, 2005.

MELO, S.F. SANTOS, G.L. A atuação do pedagogo jurídico na escuta especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. In: *Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes: quando a multidisciplinaridade aproxima os olhares - Porto Alegre - Livraria do Advogado*, 2016.

MEMON, A.; MEISSNER, C. A.; FRASER, J. The Cognitive Interview: A Meta-Analytic Review and Study Space Analysis of the Past 25 Years. *Psychology, Public Policy, and Law*, v. 16, n. 4, p. 340–372, 2010.

MINAYO, M. C. D. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 1, n. 2, p. 91–102, 2001.

NEWLIN, C. et al. Child Forensic Interviewing: Best Practices. *Juvenile Justice Bulletin*, n. September, 2015.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. Por ser menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violência. São Paulo: Plan International Brasil, 2014.

POTTER, L A escuta protegida de crianças e adolescentes: os desafios da implantação da lei n 13.431/2017: estudos em homenagem ao Desembargador José Antonio Daltoé Cezar Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2018.

RIBEIRO, M. L.; ALVES JR., R. T.; MACIEL, S. B. Procedimentos éticos e protocolares na entrevista com crianças e adolescentes. In: SANTOS, B. R. et al. (Eds.). *A escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos*. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2014. p. 285–299.

ROSA, E. M. Violência, Ética e Direito: Implicações para o Reconhecimento da Violência Doméstica. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 24, n. 3, p. 34–39, 2004.

SANTOS, B. R.; ALVES JR., R. T.; COSTA, I. P. DA. Elaboração e Testagem do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense para Crianças e Adolescentes Vítimas ou



Testemunhas de Violência Sexual: Relatório Final ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq). Brasília, DF: 2018.

SANTOS, B.R. GONÇALVES, I.B.. Organizadores. Escuta protegida de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas de violências [recurso eletrônico] : aspectos teóricos e metodológicos : guia de referência para capacitação em escuta especializada e depoimento especial / – Brasília, DF : Universidade Católica de Brasília ; [São Paulo, SP] : Childhood Brasil, 2020

SAYWITZ, K. J.; LYON, T. D.; GOODMAN, G. S. Interviewing children. In: MYERS, J. E. B. (Ed.). . The American Professional Society on the Abuse of Children Handbook on Child Maltreatment. Third Edit ed. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2011. p. 337–360.

SCHMIDT F. Lei do Depoimento Especial Anotada e Interpretada: a lei 13431/2017 Editora: Jhmizuno. 2020

SILVA LINS BORBA, M. e outros. A Contribuição do estudo Psicossocial nas Decisões dos Magistrados nas Situações de Violência Sexual. (PP 33-48). IN BRITO, V. (Org.) LOBÃO, M.; ROQUE, E. C. B.; ANDRADE, E. C. M. de R. (Coords.) Conexões: Teoria e Prática do Trabalho em Redes na Secretaria Psicossocial Judiciária do TJDF. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2012.

SILVA LINS BORBA, M. e outros. Redes sociais e Atendimento à criança e adolescentes em situações de violência. Maria da Penha vai à escola. (módulo III e módulo IV). Brasília: Gráfica do TJDF, 2016.

SILVA LINS BORBA, M. Maria da Penha vai à Escola: intervenções Técnicas em Situação de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (módulos I, III e IV). Brasília: Gráfica do TJDF, 2021.

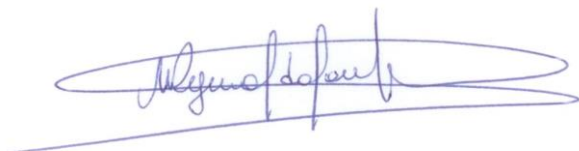
STALLER, K. M.; NELSON-GARDELL, D. M. “A burden in your heart”: lessons of disclosure from female preadolescent and adolescent survivors of sexual abuse. Child abuse & neglect, v. 29, n. 12, p. 1415–32, dez. 2005.

TAVARES, M.; ALVES JR., R. T. Entrevista clínico-forense. In: HUTZ, C. S. et al. (Eds.). . Avaliação psicológica no contexto forense. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 70–90.

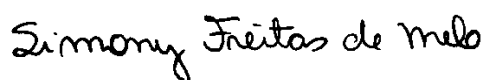
WILLIAMS, J. D. et al. Is there a place for extended assessments in addressing child sexual abuse allegations? How sensitivity and specificity impact professional perspectives. Journal of Child Sexual Abuse, v. 23, n. 2, p. 179–97, 2014.



Brasília (DF), Porto Alegre (RS), Recife (PB), 11 de Março de 2022.



Reginaldo Torres Alves Junior
Facilitador



Simony Freitas de Melo
Facilitadora



Márcia Maria Borba Lins
Facilitadora

Marleci Venério Hoffmeister
Facilitadora



Deberson Pereira Ribeiro dos Santos

Representante da Working

A presente proposta tem validade de 90 dias.

